

Limites do Feminismo Tradicional e a Necessidade de Interseccionalidade

 Ariana Silva

2221360@iscap.ipp.pt

<https://orcid.org/0009-0003-2276-2639>

ISCAP, Instituto Politécnico do Porto

Resumo

Ao longo dos séculos, a história foi marcada pela desigualdade de género e de raça, tendo o feminismo desempenhado um papel de alicerce fundamental na luta pela justiça social. Contudo, nem todas as mulheres se sentem representadas de forma equitativa no movimento. O presente artigo propõe-se a analisar criticamente os limites do feminismo tradicional, em particular do denominado *White Feminism*, cuja narrativa tende a centrar-se nas vivências de mulheres brancas, ocidentais e de matriz cultural cristã. A partir de uma leitura crítica de *All About Love: New Visions*, de Bell Hooks, e *Niketche: Uma História de Poligamia*, de Paulina Chiziane, bem como de testemunhos de mulheres que não se sentem representadas pelo movimento, discute-se de que modo fatores como a cultura, a religião e o contexto socioeconómico moldam distintas formas de opressão e resistência. Defende-se a necessidade de uma abordagem interseccional que reconheça a multiplicidade de experiências femininas e contribua para um feminismo mais inclusivo, representativo e transformador.

Palavras-chave: Feminismo, Interseccionalidade, *White Feminism*, Bell Hooks, Paulina Chiziane, Desigualdade

Abstract

Throughout History, gender and racial inequality have been persistent features of human societies, with feminism serving as a foundational force in the pursuit of social justice. However, not all women feel equally represented within the movement. This article critically examines the limitations of traditional feminism, particularly the concept of *White Feminism*, whose narrative tends to centre on the experiences of white, Western, and culturally Christian women. From a critical reading of *All About Love: New Visions*, by Bell Hooks, and *Niketche: A History of Polygamy*, by Paulina Chiziane, as well as testimonies from women who do not identify with mainstream feminist discourse, the article explores how factors such as culture, religion, and socioeconomic context shape distinct forms of oppression and resistance. It argues for an intersectional approach that acknowledges the multiplicity of female experiences and contributes to a more inclusive, representative, and transformative feminism.

Keywords: Feminism, Intersectionality, *White Feminism*, Bell Hooks, Paulina Chiziane, Inequality

Introdução

O feminismo é definido, na sua aceção mais corrente, como “um movimento social, político e filosófico que luta pela igualdade de direitos, oportunidades e tratamento entre mulheres e homens”. Ao longo das últimas décadas, este movimento serviu de base a várias conquistas fundamentais para as civilizações atuais, como, por exemplo, o sufrágio, o acesso à educação e ao mercado de trabalho e o reconhecimento jurídico de várias formas de violência contra as mulheres. Os avanços referidos contribuíram significativamente para a ampliação da igualdade e para o questionamento de estruturas patriarcais profundamente enraizadas.

Todavia, apesar do percurso inegavelmente relevante do movimento, tornou-se progressivamente evidente que o feminismo dominante não foi capaz de representar todas as mulheres de forma equitativa. As vozes que mais visibilidade ganharam foram as de mulheres ocidentais, maioritariamente brancas e de classe média. Como consequência, outras experiências foram sendo marginalizadas, nomeadamente as de mulheres racializadas, migrantes ou em contextos socioeconómicos mais vulneráveis, o que banaliza o movimento, pois ser feminista é lutar pela liberdade de escolha e pela autonomia sobre o próprio corpo.

É neste contexto que emerge e ganha força a crítica ao chamado *White Feminism*. Este termo designa uma abordagem que tende a ignorar ou secundarizar a interligação entre género e outras formas de desigualdade, como a raça, a classe social ou a cultura. É importante ressaltar que esta crítica não visa invalidar as conquistas do feminismo tradicional, mas apenas evidenciar as suas limitações e abrir espaço para perspetivas mais abrangentes.

O presente artigo propõe-se a analisar criticamente esses limites e a defender a interseccionalidade como ferramenta conceptual indispensável para compreender a pluralidade das experiências femininas e promover uma justiça social mais equitativa e representativa.

O feminismo tradicional e o problema do *White Feminism*

Nas suas fases iniciais, o feminismo tradicional concentrou-se sobretudo na reivindicação de direitos civis e políticos fundamentais. O direito ao voto, o acesso à educação e a igualdade perante a lei constituíram algumas das principais conquistas que contribuíram para transformar o estatuto da mulher na sociedade. Estas reivindicações refletiam sobretudo as experiências e necessidades de mulheres brancas, instruídas e pertencentes a contextos socioeconómicos mais favorecidos, o que contribuiu para que outras formas de discriminação, relacionadas com a raça, a classe social, a cultura ou a religião, permanecessem menos visíveis.

Esta perspetiva limitada contribuiu para a construção de uma visão universal da experiência feminina, segundo a qual todas as mulheres enfrentariam os mesmos problemas e teriam as mesmas prioridades. Essa universalização está no cerne do *White Feminism*. Ao tomar como universal uma experiência particular, este tipo de feminismo ignora desigualdades estruturais que afetam diferentes grupos de mulheres, de formas distintas.

A problemática do *White Feminism* não reside, portanto, apenas naquilo que reivindica, mas sobretudo, no que omite. O movimento tende a preocupar-se com determinadas causas através de uma lente que não é a de todas as mulheres e que, na maioria dos casos, fala por elas sem as conhecer, nem consultar. O debate centra-se frequentemente em temáticas como a igualdade salarial ou a progressão de carreira em contextos corporativos, em detrimento de questões igualmente prementes, como o racismo estrutural no ambiente de trabalho, a exploração laboral ou a precariedade extrema.

Esta disparidade revela que a opressão de gênero não é apenas uma questão isolada, pois está ligada a outras formas de desigualdade. Enquanto algumas mulheres lutam por representação em cargos de liderança, outras enfrentam desafios mais imediatos relacionados com o acesso a cuidados de saúde, educação e condições básicas de trabalho e de vida.

A análise de depoimentos de mulheres que não se identificam com o feminismo dominante permite, a título de exemplo, identificar a tensão persistente entre este movimento e as mulheres muçulmanas. O discurso ocidental construiu a narrativa de que estas mulheres necessitavam de libertação, sem, contudo, considerar as suas próprias perspetivas sobre essa condição, nem os significados que atribuíam à liberdade. Para o feminismo dominante, a mulher livre é laica, independente, individualista e desprovida de símbolos religiosos, desde que estes não sejam aqueles culturalmente aceites pelo Ocidente.

Desta forma, o feminismo tradicional, ao não reconhecer estas interseções, arrisca-se a reproduzir as mesmas hierarquias que pretende combater, perpetuando exclusões no próprio movimento.

Limitações estruturais: Raça, Classe, Cultura e Religião

A ideia de que existe uma experiência feminina universal é, em si, profundamente problemática. O percurso de cada mulher é moldado por múltiplos fatores sociais, económicos e culturais. Ser mulher não significa o mesmo em todos os contextos.

A raça ocupa um lugar central em muitos processos de opressão. O *White Feminism* revela uma tendência para desconfiar de tudo o que lhe é exterior, incluindo as mulheres que não são brancas, independentemente da sua classe, cultura ou religião. As mulheres racializadas, sejam negras, mestiças, árabes, ciganas, asiáticas ou latinas, são frequentemente percecionadas como um "problema" a corrigir, educar ou modernizar, como se a mulher branca ocidental constituísse a medida universal da liberdade e todas as demais fossem versões incompletas ou culturalmente "atrasadas". Este fenómeno manifesta-se através de estereótipos recorrentes: a mulher negra é tida como excessivamente agressiva ou emocionalmente resiliente em demasia; a mulher árabe é vista como submissa e prisioneira da própria cultura; a mulher latina é sexualizada; a mulher asiática é infantilizada; e a mulher mestiça é vista como exótica. Como consequência, as mulheres racializadas enfrentam não apenas o sexismo, mas também o racismo estrutural, que se manifesta em múltiplas esferas da vida, desde o mercado de trabalho até às instituições públicas (Collins, 1990; Davis, 1981).

A classe social constitui outra dimensão essencial. É claro que mulheres que não têm uma situação financeira estável não têm como prioridade a progressão de carreira ou a igualdade de oportunidades em ambientes corporativos, o problema é outro: a sobrevivência diária. Ignorar estas realidades equivale a ignorar uma parte significativa da experiência feminina.

Quando se incluem as dimensões da cultura e da religião, a análise torna-se ainda mais complexa. Em diversos contextos, práticas como a poligamia, o casamento precoce ou a divisão tradicional dos papéis de gênero são frequentemente analisadas à luz de perspetivas ocidentais, sem que sejam devidamente consideradas as especificidades históricas, culturais e sociais em que se inserem. Esta abordagem pode configurar uma forma de imperialismo cultural, ao desvalorizar as realidades locais e apresentar modelos ocidentais como universais.

Nenhuma prática social pode ser compreendida fora do seu contexto histórico e social. Ao fazer uma análise verdadeiramente crítica, devem-se considerar as formas de resistência existentes e as vozes das mulheres envolvidas. Como argumenta Mohanty (1988, p. 80), o discurso feminista ocidental tende a construir uma imagem monolítica da "mulher do

Terceiro Mundo”, como sujeito singular e oprimido, apagando a sua agência e diversidade. Sem estas dimensões, o feminismo dominante revela que é incapaz de simplificar a complexidade de muitas vivências femininas e de responder às necessidades de todas as mulheres.

Uma crítica transformadora: Amor, Poder e Inclusão

A crítica ao feminismo dominante nasce de uma necessidade simples, mas profunda, de parar e repensar o que realmente está a ser feito e para quem. Não basta lutar por direitos ou mudanças superficiais se, no fundo, as estruturas que criam desigualdade continuam intactas hooks (2000, p. 4) defende precisamente que “o amor é uma força transformadora” e que o feminismo não deve ser muito limitado, pelo contrário, deve questionar igualmente sistemas mais amplos de dominação, como o racismo, o capitalismo e outras formas de desigualdade estrutural. No mesmo sentido, Lorde (1984, p. 112) recorda que a diferença não deve ser uma fonte de separação, mas sim uma força para a mudança criativa.

Desta forma, o feminismo deixa de ser apenas um movimento por direitos e passa a ser algo mais ambicioso, como uma tentativa de transformar a sociedade como um todo. O objetivo não é apenas alcançar igualdade em termos legais ou políticos, mas também repensar a forma como nos relacionamos. A ideia não é apenas alcançar a igualdade no papel, mas também construir relações humanas baseadas no respeito, no cuidado e na responsabilidade mútua.

O amor pode assim, ser concebido como uma prática política. Em *All About Love: New Visions*, hooks (2000, p. 87) escreve que “amar significa querer que o outro floresce”, propondo que o amor implica necessariamente justiça, empatia e solidariedade. Longe de ser um sentimento dado como garantido ou puramente privado, o amor, nesta aceção, desafia diretamente a lógica individualista e competitiva que muitas vezes domina a sociedade atual.

Quando pensamos assim, começamos a perceber que pequenas ações do quotidiano também têm impacto político. A forma como tratamos os outros, reagimos à diferença ou lidamos com o privilégio pode reforçar desigualdades. Neste sentido, o feminismo deixa de ser algo distante e passa a fazer parte das escolhas diárias de cada pessoa.

Ao mesmo tempo, esta perspetiva obriga-nos a reconhecer que colocamos, no centro do debate feminista, vozes historicamente marginalizadas. Isso implica não só reconhecer a diversidade de experiências, mas também redistribuir o poder no próprio movimento, de modo a garantir que diferentes perspetivas sejam efetivamente ouvidas, valorizadas e incorporadas na ação política. O que implica não só ouvir, mas também estar disposto a ceder espaço e poder. Significa aceitar que não há uma única forma de viver ou de lutar, e que diferentes experiências trazem contributos essenciais. Este processo pode ser desconfortável porque desafia ideias instaladas e obriga à mudança, mas é fundamental para que o feminismo continue a evoluir.

No fundo, esta crítica convida a uma reflexão mais honesta: que tipo de mundo queremos construir? Um mundo baseado na competição e na exclusão, ou um em que o cuidado, a empatia e a justiça são centrais? O feminismo, entendido desta forma mais ampla e humana, não oferece respostas simplistas.

Perspetivas culturais e a pluralidade das experiências

Os contextos não ocidentais evidenciam a necessidade de um feminismo mais plural, sensível às fronteiras e às diferenças culturais. Em muitas sociedades, as dinâmicas de género assumem formas que escapam às categorias tradicionais do Ocidente.

Um exemplo paradigmático é o da poligamia. Em muitos discursos feministas ocidentais, a poligamia é automaticamente interpretada como uma prática intrinsecamente opressiva. No entanto, em determinados contextos, a realidade é diferente e não pode ser reduzida a uma única leitura.

O romance *Niketche: Uma História de Poligamia*, de Paulina Chiziane oferece uma perspetiva profundamente enraizada na realidade sociocultural moçambicana. Em determinado momento da obra, a protagonista Rami afirma: “Uma mulher solteira vale menos do que uma mulher casada. Uma mulher casada e maltratada vale mais do que uma mulher solteira. Estas são as leis que regem a nossa terra” (Chiziane, 2002, p. 47), revelando como as normas sociais locais constroem as escolhas femininas de formas que o feminismo ocidental raramente contempla. A obra explora a complexidade de viver e aprender a coabitar com a poligamia, revelando laços de solidariedade e apoio mútuo entre mulheres que, de formas diversas, escolhem ou aceitam viver nessas circunstâncias. Chiziane (2002) convida o leitor a repensar o feminismo a partir de uma perspetiva mais plural, que reconheça a diversidade das experiências e das estratégias de resistência.

Em múltiplos contextos, as mulheres constroem redes de apoio e solidariedade que, embora menos visíveis para o olhar externo, são igualmente significativas. A estas estratégias pode chamar-se sororidade, e elas evidenciam que a resistência nem sempre assume formas abertamente confrontacionais, manifesta-se, também, através da adaptação criativa, da subversão discreta e da cooperação entre pares.

Quando estas nuances são ignoradas, corre-se o risco de simplificar excessivamente realidades complexas, impondo modelos externos que não correspondem às experiências e lógicas locais. Torna-se, por isso, imperativo adotar uma perspetiva que valorize a diversidade cultural e reconheça a legitimidade de diferentes formas de organização social.

A interseccionalidade como resposta

As limitações do feminismo tradicional abriram caminho para o desenvolvimento do conceito de interseccionalidade, proposto por Crenshaw (1989), que se apresenta como uma abordagem essencial para compreender a complexidade das desigualdades sociais. Importa, contudo, clarificar que a interseccionalidade não constitui, em si mesma, uma solução para as desigualdades existentes. Trata-se antes de um espaço analítico especialmente desafiante, onde confluem em simultâneo múltiplas formas de vulnerabilidade - como o género, a raça, a classe social, a religião ou a orientação sexual - cujos efeitos combinados geram experiências de opressão que não podem ser reduzidas a uma única dimensão. A interseccionalidade parte do princípio de que diferentes formas de opressão, como o sexismo, o racismo e o classismo, não existem de forma isolada, mas entrecruzam-se e reforçam-se mutuamente (Collins, 1990).

Esta perspetiva permite analisar de que modo diferentes identidades de género, raça, classe, entre outras, moldam a experiência de cada pessoa. Em vez de uma leitura universal da condição feminina, propõe uma análise situada, atenta às necessidades específicas de diferentes grupos de mulheres.

A interseccionalidade promove, igualmente, uma maior justiça interna ao movimento feminista, na medida em que implica a deslocação de um foco exclusivo em determinadas

vertentes do poder e a abertura a vozes até então marginalizadas. Mais do que um conceito teórico, constitui uma ferramenta de ação política, com capacidade para orientar a formulação de políticas públicas e estratégias de intervenção social mais justas.

Para além disso, a interseccionalidade oferece um entendimento mais claro e profundo sobre as desigualdades estruturais presentes na sociedade atual e evidencia como sistemas de poder históricos continuam a influenciar o acesso a direitos e oportunidades. Ao reconhecer as camadas de discriminação, torna-se possível desenvolver respostas mais eficazes e inclusivas, que não deixem grupos vulneráveis à margem das políticas sociais.

Merece ainda destaque o valor que a interseccionalidade atribui às experiências pessoais e aos saberes situados. Esta abordagem recorda-nos que escutar cada pessoa e levar a sério o seu testemunho é condição necessária para compreender a realidade na sua complexidade. Ao conferir espaço a diferentes histórias e perspetivas, enriquece-se o debate e criam-se respostas mais completas e justas, em particular em contextos académicos.

Por fim, a interseccionalidade reforça que a luta pela igualdade não pode ser conduzida de forma isolada. Pelo contrário, evidencia a importância de articular diferentes causas e movimentos, promovendo uma solidariedade mais ampla e consistente. Uma sociedade mais justa só é alcançável se houver convergência de propósitos e compromisso partilhado com a igualdade.

Desafios e perspetivas futuras

Não obstante a crescente difusão do conceito de interseccionalidade, muitos movimentos feministas continuam ancorados em modelos simplistas de desigualdade que não correspondem à complexidade das vivências humanas. O principal desafio consiste em não tornar a interseccionalidade mais um termo generalizado que toda a gente conhece, mas que ninguém cumpre.

Para que seja efetiva, é necessário que se traduza em mudanças concretas, tanto ao nível das políticas públicas como das práticas sociais e institucionais. Vai implicar, por exemplo, a elaboração de políticas sensíveis às múltiplas formas de discriminação e a criação de mecanismos de participação de mulheres de diversas origens e contextos.

Outro desafio relevante é construir solidariedades entre diferentes grupos sem apagar as suas especificidades. A solidariedade interseccional exige um esforço contínuo de escuta, diálogo e reflexão crítica, bem como a disposição para reconhecer privilégios e enfrentar tensões internas ao próprio movimento.

O futuro do feminismo depende, em larga medida, da sua capacidade de se reinventar e tornar-se verdadeiramente inclusivo. Isso requer, não apenas a incorporação de novas perspetivas teóricas, mas também uma revisão profunda das estruturas, prioridades e práticas do movimento.

Conclusão

O feminismo tradicional tem limites que evidenciam a necessidade de repensar o movimento de forma mais inclusiva, crítica e representativa. O *White Feminism*, ao colocar-se no centro de experiências específicas falha miseravelmente em captar a diversidade e a complexidade das realidades vividas por mulheres do outro hemisfério.

A análise de diferentes dimensões da desigualdade, como a raça, a classe, a cultura e a religião, demonstra que a opressão de género não pode ser compreendida isoladamente. Ignorar estas intersecções significa perpetuar exclusões no próprio feminismo.

A interseccionalidade surge, assim, como uma resposta fundamental a estas limitações. Mais do que um conceito teórico, constitui uma ferramenta essencial para a construção de um feminismo mais justo, eficaz e transformador.

Um feminismo verdadeiramente inclusivo deve reconhecer as diferenças, valorizar a pluralidade de vozes e promover mudanças que beneficiem todas as mulheres, e não apenas algumas. Só assim será possível aproximar-se do objetivo central do movimento: a construção de uma sociedade mais equitativa, em que todas as pessoas possam viver com dignidade, liberdade e justiça.

Declaração de uso de IA

Durante a elaboração deste artigo, a autora utilizou a ferramenta *Grammarly* para apoio na estruturação do texto e no aperfeiçoamento linguístico. Todo o conteúdo foi criticamente revisto, adaptado e validado pela autora, garantindo a sua originalidade, coerência e rigor académico.

Referências

- Chiziane, P. (2002). *Niketche: Uma história de poligamia* (5.ª ed.). Editorial Caminho.
- Collins, P. H. (1990). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Unwin Hyman.
- Crenshaw, K. W. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex. A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989 (1), 139–167.
https://scholarship.law.columbia.edu/faculty_scholarship/3007
- Davis, A. (1981). *Women, race & class*. Random House.
- hooks, b. (2000). *All about love: New visions*. William Morrow.
- Lorde, A. (1984). *Sister outsider: Essays and speeches*. Crossing Press.
- Mohanty, C. T. (1988). Under Western Eyes: Feminist scholarship and colonial discourses. *Feminist Review*, 30, 61–88.